

Ambientalistas discutem biodiversidade

Mauro Zanatta
de Macapá

Sete anos depois, mais de 150 especialistas em questões ambientais buscam honrar um antigo compromisso assumido pelo governo brasileiro durante a Convenção da Biodiversidade, firmada durante a Conferência do Rio, a Eco 92: determinar o potencial da biodiversidade da floresta tropical brasileira.

Como não se trata de uma tarefa simples, ambientalistas de um grande consórcio liderado por seis organizações não-governamentais — além de representantes do governo, movimentos sociais e instituições de pesquisa — estarão durante uma semana trancafiados na capital do Amapá em busca da avaliação e da identificação das áreas críticas e as

ações urgentes para a utilização da diversidade biológica da região.

Entre as novidades, será utilizada no seminário de consulta uma nova metodologia com o cruzamento de dados e a produção de mapas informativos em tempo real. A idéia é tentar chegar ao mapeamento mais aproximado sobre o imenso potencial da biodiversidade amazônica. Os dados produzidos no seminário serão catalogados, cruzados e reunidos num único mapa. O cruzamento dos dados indicará o grau de ameaça de cada uma das áreas mais importantes para a ação governamental.

Todas as informações produzidas no seminário devem ser consolidadas na chamada estratégia nacional para a biodiversidade, outro compromisso do governo brasileiro assumido na

Eco 92 e ainda não cumprido. A elaboração dessa estratégia está sob a coordenação do Programa Nacional de Biodiversidade (Pronabio), ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

O coordenador do Instituto Socioambiental (ISA), João Paulo Capobianco, diz que a grande diferença entre o seminário de Macapá e os encontros usuais sobre a Amazônia é a forma consensual, com a participação de todos os setores da sociedade civil, das recomendações obtidas durante o evento. Além disso, o projeto deve ter um acompanhamento dos resultados do evento durante dois anos por um consórcio organizador, composto de várias ONGs.

Esse consórcio deverá elaborar dois relatórios — em 2000 e 2001 — para que os países signatários da Convenção da Biodiversidade possam acompanhar e cobrar do governo brasileiro a implementação das propostas assumidas.

INSTITUTO	
SOCIOAMBIENTAL	
Documentação	
Fonte	9 m
Data	22/9/99
Class	Pg 109